

Sistema político-eleitoral e desempenho econômico: uma análise do perfil eleitoral brasileiro¹

Politico-electoral system and economic performance: an analysis of the Brazilian electoral profile

Christiano Simões de Oliveira Filho*

Resumo

Teóricos da Economia Política têm se dedicado há muito ao estudo das conexões entre a organização política e social e a distribuição de recursos materiais, bens e serviços. Na ordem capitalista democrática, a configuração do sistema político-eleitoral e o perfil eleitoral médio são um interessante objeto de estudo na relação com o desempenho econômico. Objetivando, assim, apresentar e explicar como essa relação se manifesta no Brasil, este artigo mobilizou aplicação de questionários e pesquisas bibliográficas. Os resultados indicam que o desenvolvimento econômico brasileiro está intimamente relacionado a uma estrutura política-eleitoral defasada, representada por instituições falhas, e a uma cultura política deficitária.

Palavras-chave: Sistema político-eleitoral. Desempenho econômico. Cultura política. Brasil.

Abstract

Political Economy theorists have long devoted themselves to the study of the connections between the political and social organization and the distribution of material resources, goods and services. In the democratic capitalist order, the configuration of the politico-electoral system and the average electoral profile are an interesting object of study in relation to economic performance. Thus, aiming to present and explain how this relationship manifests itself in Brazil, this article mobilized the application of questionnaires and bibliographical researches. The results indicate that the Brazilian economic development is closely related to a lagged political-electoral structure, represented by failing institutions, and to a deficitary political culture.

Keywords: Politico-electoral system. Economic performance. Political culture. Brazil.

1. Orientador: Prof. Flávio Constantino Barbosa

* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, contato: christianosdoliveira@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem como objetivo a análise do regime democrático brasileiro, mostrando, na relação com satisfação com a democracia e com a atuação das instituições, qual o papel do Estado e do Mercado na busca pelo bem-estar.

Inicia-se o presente artigo, na segunda seção, com a análise dos papéis da democracia, do capitalismo e de seus respectivos processos e elementos constituintes em relação com o bem-estar. Na terceira seção, foi feito um estudo sobre os tipos de sistemas eleitorais dos países de modo geral, através de quadros comparativos entre os sistemas majoritários, de representação proporcional e mistos. Depois, na quarta seção, foi realizada uma apresentação dos Índice de Democracia, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Felicidade (IF) e PIB *per capita* (USD) de determinados países. Na sexta seção, antecedida pela Metodologia e seguida das considerações finais, foi analisado o perfil do eleitor brasileiro através de um questionário aplicado a trezentos e sessenta e dois cidadãos brasileiros residentes no município de Belo Horizonte entre setembro e outubro de 2018, antes das eleições presidenciais.

Democracia, capitalismo e bem-estar

As questões relacionadas ao conceito de Democracia remetem a análises sobre representar, deliberar e participar, visto que, segundo Schumpeter, evocado por Amorim e Dias (2012), a democracia é um modo de decisão de governantes políticos da nação. O processo eleitoral é dito como o mais importante do regime democrático, sendo feitas eleições livres e recorrentes, chamando-se atenção para a ideia de que:

Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-los. Mas como o povo também pode decidir isso de maneira inteiramente não democrática temos de estreitar nossa definição, acrescentando mais um critério que define um método democrático, ou seja, a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado. Ora, pode-se exprimir um aspecto dessa questão dizendo que a democracia é o controle sobre o político. (SCHUMPETER apud AMORIM; DIAS, 2012, p. 81).

As visões de Dahl (1989) e Schumpeter (1984), referenciados por Ranincheski e Castro (2012), convergem-se ao determinar

que são necessários aspectos como liberdades de voto, expressão e organização, em relação à escolha dos líderes políticos, em uma democracia. Vale a pena ressaltar que Robert Dahl (1989) destaca muitos outros elementos importantes para se classificar um Estado como democrático, especialmente no que diz respeito aos períodos não eleitorais, mas que não serão abordados no presente trabalho. Assim, a qualidade da democracia é analisada de acordo com o andamento do regime democrático, sendo observados déficits e distorções, como aumento da corrupção, abuso de poder, situação de governabilidade, transparência e incerteza a respeito da configuração governamental ou estatal. (RANINCHESKI; CASTRO, 2012)

A busca pelo bem-estar associado ao desenvolvimento econômico tem sido uma questão que inquieta e mobiliza pesquisadores e cientistas das mais diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Nesse contexto, muitos economistas escreveram no esforço de analisar as forças do Capitalismo e da Política, especialmente no campo da Democracia, de forma a esboçar o caminho que supriria a busca pelo crescimento econômico dos povos, onde Antônio Delfim Netto (2002) e Robert Boyer (1999) fizeram interessantes contribuições.

Inserida nessa busca, a chamada sociedade justa, poderia, em uma análise primária, “ser aproximada por uma particular combinação orgânica do processo da democracia política com a organização da economia pelo processo capitalista.” (NETTO, 2002, p. 84). A democracia e o capitalismo, cada qual com seus defeitos e excessos, seriam processos construídos teórica e cotidianamente cujos cursos agem conjuntamente e interagem de forma a corrigir as imperfeições um do outro dialeticamente, moldando a “política do possível” (NETTO, 2002) e levando a sociedade ao bem-estar. Faz-se necessário, então, compreender e distinguir os modelos de funcionamento dos processos democrático-político e capitalista.

O economista brasileiro Delfim Netto (2002), sob uma perspectiva muito sintética e focada nos períodos pré-eleitoral e eleitoral, esclarece que a existência efetiva do governo democrático-político requer que os Poderes sejam separados e independentes, que hajam periodicamente eleições livres com direito universal de voto e com competição partidária, que haja uma oposição bem definida, que sejam absolutamente protegidos os direitos das minorias e que sejam garantidas as liberdades de expressão e de associação. Em um Estado com essa diretriz, Netto (2002) afirma que: “três bens públi-

cos fundamentais são: a produção da justiça, a segurança interna e externa e uma moeda de valor estável.” (NETTO, 2002, p. 85).

Paralelamente, as instituições que compõem o capitalismo localizam-se no universo da política, sendo uma delas o Mercado. Este, para seu adequado funcionamento, depende do direito de propriedade bem definido e garantido, da liberdade de iniciativa, regulada juridicamente de forma leve, de uma administração da justiça capaz de garantir o cumprimento dos contratos e da contenção dos exercícios monopolistas. (NETTO, 2002). Definido como o conjunto coordenado a partir do sistema de preços que tem como principal objetivo a eficiência produtiva, o mercado pode ser defendido como aquele capaz de alocar os recursos da forma mais eficiente, levando ao aumento do bem-estar em longo prazo. No entanto, Delfim Netto (2002) ressalta que:

o mercado pode fazer muita coisa mas não pode garantir equidade. O desenvolvimento é um jogo cooperativo entre três parceiros: os trabalhadores, os empresários e o governo. E preciso construir instituições que, sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores uma efetiva realidade participativa. Eles têm de se perceber parte integrante e respeitada do processo econômico, e não seres alienados para os quais o crescimento é irrelevante. (NETTO, 2002, p. 97).

Dessa forma, percebe-se um quadro de divergência no que diz respeito aos universos capitalista e da política. Os indivíduos, agentes tanto econômicos (consumidores ou produtores) quanto políticos (cidadãos com direito de voto e de capacidade de influência dos processos sociais governamentais ou privados), exercem papel fundamental, pesando na tomada de decisões do governo e no curso da economia. A liberdade e a igualdade, nem sempre alcançadas conjuntamente, constituem os principais anseios na política, enquanto o primeiro universo tem como principal anseio a eficiência produtiva, esta conflitante com a igualdade, do segundo universo, em muitos momentos. Assim, percebe-se a existência de três importantes valores (eficiência produtiva, igualdade e liberdade) que impactam um no outro, negativa e positivamente, devendo ser buscado um “ponto áureo”, de equilíbrio entre eles. A combinação do processo capitalista com o democrático-político deve configurar o meio de condução e de adaptação às contradições entre seus próprios anseios, corrigindo os excessos um do outro para a formação, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma sociedade em meio ao firmamento simultâneo de três valores não inteiramente compatíveis. (NETTO, 2002).

Nesse contexto, além de a forma de organização dos regimes jurídicos influenciar marcadamente o resultado da alocação de recursos pelos agentes econômicos, destaca-se que “sociedades politicamente abertas, que respeitam as regras da lei e a propriedade privada, e usam o mercado para alocar seus recursos, crescem a uma taxa três vezes maior e são duas vezes e meia mais eficientes do que as sociedades onde essas regras são restritas” (SCULLY apud NETTO, 2002, p. 93). Dessa forma, como esclarecido por Robert Boyer (1999), “o papel do governo (...) não é o de sustentar o crescimento econômico com o gasto governamental mas, de forma mais sutil, o de oferecer a indivíduos e empresas os instrumentos para que prosperem por seus próprios esforços” (BOYER, 1999, p. 1), devendo o governo ser usado para complementar o mercado.

Na busca por estabelecer caminhos ao crescimento econômico, foram surgindo diversas visões ao longo da História, no meio acadêmico e no político, gerando controversas e debates no meio dos quais eram destacadas diversas categorias como os investimentos autônomos, a regulação da demanda efetiva ou a clássica autorregulação. Desde a “origem da economia política já se encontrava o problema do desenvolvimento e a questão do papel específico do Estado e do mercado” (BOYER, 1999, p.1) e essas discussões tem estado presente até o dia de hoje, mesmo que de maneira diferente. No entanto, percebe-se que mesmo os mais liberais chegaram a reconhecer a responsabilidade do Estado de construir as “instituições necessárias ao florescimento do mercado”, como a partir de estruturas e sistemas de caráter monetário, comercial, contratual, jurídico e físico que propiciassem o estabelecimento do mercado. (BOYER, 1999).

Nesse meio, apesar das divergências, é amplamente difundido que o desenvolvimento econômico se dá pela combinação de tecnologia, trabalho e capital, este conceituado como tudo aquilo possibilitador e continuador da produção e da geração de lucro. Paralelamente, chama-se atenção ao capital humano, evocado, ao crescer a partir de Mankiw, Romer e Weil (1992), por Delfim Netto (2002): “o crescimento depende (...) do capital humano, isto é, do nível de educação médio da população, de sua saúde, do seu “saber fazer”, da sua capacidade inventiva e empresarial e do progresso do conhecimento, o que significa investimento (privado e público) na pesquisa.” (NETTO, 2002, p. 93). O Estado, então, deveria se atentar ao capital humano, propiciando o seu máximo desempenho.

Em todo esse quadro, percebe-se que “nenhuma estratégia pura, seja baseada no ‘só Estado’, seja no ‘só mercado’ teve êxito”, sendo a solução “compensar as falhas do mercado por meio de intervenções públicas adequadas e, vice-versa, ultrapassar as limitações do Estado graças a processos que mimetizem a concorrência do mercado.” (BOYER, 1999, p. 17). Por fim, em uma escala mais cotidiana e processual, evoca-se que a propriedade privada propicia os incentivos para a ação econômica e para a apropriação desta, a ideologia estimula essa ação como produtora de valores sociais e o Estado é o meio de garantia da propriedade privada e da competição. (NETTO, 2002), tudo em meio à conciliação dos universos capitalista e político.

Portanto, deve-se permitir que ocorra a verdadeira Dialética entre os processos da economia capitalista e da política democrática para que as sociedades sejam levadas rumo ao bem-estar. Nesse contexto, torna-se interessante avaliar a relação da configuração política-eleitoral de um Estado com o desenvolvimento econômico, o que será feito no presente trabalho a partir da análise dos sistemas eleitorais e dos regimes políticos e, posteriormente, da avaliação da Cultura Política em meio à República democrática brasileira.

Os diferentes sistemas eleitorais

Os Estados apresentam diferentes configurações quanto aos regimes políticos e aos sistemas eleitorais, os quais não apresentam nenhum padrão entre os países e podem até variar dentro de um mesmo Estado, dependendo da instância, do âmbito espacial e do Poder, havendo, conforme Jairo Marconi Nicolau (2004), três tipos gerais de sistema eleitoral. Existem os Sistemas Majoritários, os quais podem ser de maioria simples, dois turnos ou voto alternativo, os Sistemas de Representação Proporcional, de voto único transferível, lista aberta ou lista fechada, e os Sistemas Mistos, de superposição ou correção, sendo os Majoritário e de Representação Proporcional os mais comuns. Dessa forma, mais adiante, serão detalhados os diferentes sistemas e apresentadas às normas que regem as eleições, os direitos dos eleitores e a posse das cadeiras pelos eleitos, sendo válido salientar que os votos são calculados de acordo com cada distrito eleitoral, que pode ser uma província, estado ou região (NICOLAU, 2004).

Sistemas Majoritários

Em Sistemas Majoritários, segundo Nicolau (2004), os distritos são uninominais, o que significa que apenas um candidato será nomeado, aquele cujo número de votos ganhos seja o maior. Há três diferentes formas de sistemas majoritários, conforme o Quadro 1, presente no Anexo 2. No Brasil pós-Segunda Grande Guerra e pré-regime militar, utilizava-se o sistema de maioria simples, mas, após a Constituição de 1988, este sistema permaneceu apenas em cidades cujo número de eleitores não chegava a 200 mil, havendo dois turnos para as eleições municipais dos locais onde os votantes ultrapassavam esse montante. Nicolau (2004) observa que, nos Estados Unidos da América, o Presidente é escolhido pelos delegados selecionados pelos partidos em cada distrito eleitoral, podendo ser eleito mesmo sem obter maioria entre a população, diferentemente do Brasil, onde a eleição presidencial ocorre em dois turnos e é necessária a maioria entre a população. (NICOLAU, 2004)

Sistemas de Representação Proporcional

De acordo com Nicolau (2004), os Sistemas de Representação Proporcional, apresentados no Quadro 2, presente no Anexo 2, visam garantir o retratamento das convicções de toda a sociedade no Poder Legislativo, bem como a congruência entre votos e a representatividade partidária. O Brasil utiliza deste sistema eleitoral para a eleição de vereadores, do âmbito municipal, de deputados estaduais e de deputados federais. Uma crítica geral ao sistema proporcional é que, onde há distritos plurinominais, a população tem menos controle sobre o andamento da atuação de seus representantes políticos. (NICOLAU, 2004)

Sistemas Mistos

Os Sistemas Mistos, segundo Nicolau (2004), são aqueles caracterizados por utilizarem conjuntamente de partes dos sistemas proporcional e majoritário em eleições para o mesmo cargo. O objetivo dos sistemas mistos é combinar os benefícios dos dois sistemas, em que a parte proporcional procura preservar a representatividade de partidos pequenos e a parte majoritária eleva o poder de monitoramento dos eleitores sobre os seus representantes. Os sistemas mistos são divididos em dois tipos, combinação e correção, como se pode observar no Quadro 3, presente no Anexo 2.

Avaliação dos sistemas eleitorais

São utilizados diferentes sistemas eleitorais nos diferentes Estados democráticos, não sendo possível, de acordo com Nicolau (2004), definir tecnicamente o melhor sistema, até mesmo pelo fato de as instituições políticas se adaptarem à realidade de cada Estado, considerando fatores como o tamanho e a pluralidade. No entanto, tendo em vista o que está apresentado nos Quadros 1, 2 e 3, presentes no Anexo 2, para Nicolau (2004), é possível realizar uma avaliação dos sistemas eleitorais quanto a quatro categorias.

A primeira é a fragmentação partidária, avaliando-se como o sistema eleitoral impacta na quantidade de partidos. Conforme Duverger, citado por Nicolau (2004), o sistema majoritário de um turno propicia o bipartidarismo, enquanto o proporcional leva ao multipartidarismo. De acordo com o autor, os sistemas eleitorais provocam efeitos mecânicos e psicológicos, visto que criam uma inclinação aos partidos mais votados e afeta a escolha dos eleitores e dos dirigentes dos partidos. Em seu estudo, Nicolau concluiu que os sistemas majoritários possuem um legislativo com menor divisão e os sistemas mistos possuem uma fragmentação menor que os sistemas proporcionais. (NICOLAU, 2004)

A segunda categoria diz respeito às maiorias unipartidárias, já que os sistemas majoritários proporcionam governos majoritários que variam entre dois partidos, permitindo maior estabilidade política e maior poder de monitoramento dos eleitores sobre o governo, enquanto os sistemas mistos e proporcionais não proporcionam essa predominância. Já a terceira diz respeito à desproporcionalidade entre votos e cadeiras. Vários fatores determinam a proporcionalidade de um sistema eleitoral, como a relevância dos distritos eleitorais, a cláusula de exclusão, as fórmulas eleitorais utilizadas nos sistemas proporcionais de lista e o modelo geográfico da votação. De forma geral, os sistemas de votação majoritária costumam ser mais desproporcionais, seguidos dos sistemas mistos. (NICOLAU, 2004)

Por fim, Nicolau (2004) disserta sobre a representatividade feminina, a qual é maior nos sistemas proporcionais, visto que estes possibilitam ações favorecedoras da entrada de mulheres, pelas listas e cotas de inclusão, sendo seguidos pelos sistemas misto e majoritário. Verificamos, portanto, que os sistemas majoritários favorecem a criação de governos majoritários, mas geram eleições com

maior desproporcionalidade e menor representatividade das mulheres. No caso dos sistemas proporcionais, percebe-se maior proporcionalidade, representatividade das mulheres e maior divisão partidária, mas é dificultada a geração de governos majoritários, resultando em governos de coalizão no Brasil. Os sistemas mistos, por sua vez, têm características de ambos os outros dois, sendo uma espécie de via média quanto a proporcionalidade, representação das mulheres e fragmentação partidária. (NICOLAU, 2004)

Índices de bem-estar e democracia

Em meio a toda a discussão sobre as forças democráticas e econômicas no desenvolvimento capitalista e sobre as diversas formas de configuração política-partidária, evocam-se os índices que mensuram a qualidade e o desempenho das instituições democráticas, além da renda média por indivíduo, de cada país. São determinadas comparações entre alguns países, indicados na Tabela 1, presente no Anexo 2, a partir da presente utilização dos Índice de Democracia (ID), apresentado anualmente pela The Economist Intelligence Unit e referente ao período entre 2015 e 2017, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), referente ao ano de 2017, Índice de Felicidade (IF), relatório anual realizado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, referenciado por Cunha (2018) e referente ao período entre 2015 e 2017, e PIB per capita, em dólar estadunidense (USD), referente ao ano de 2017.

Tornou-se necessária a mobilização desses indicadores por seus reconhecimento, acesso, compreensão e padronização globais, tendo em vista o presente objeto de estudo que se constitui na relação entre as formas de configuração política e o desempenho econômico. Nesse meio, os IDH e IF mostram-se importantes por partirem de instâncias específicas da Organização das Nações Unidas, voltando-se mais ao universo da Política, e por traçarem um panorama geral, mas muito detalhado, de como se encontram os povos dos diferentes países quanto a desenvolvimento e bem-estar. O IDH baseia-se na avaliação do progresso dos países quanto a renda, avaliada pelo PIB *per capita*, saúde, avaliada pela longevidade, e educação, avaliada pelo tempo médio de estudo, enquanto o IF busca medir a felicidade, ou o bem-estar, de 156 países atualmente, com base nos valores determinados como renda, liberdade, con-

fiança, expectativa de vida, generosidade e apoio social (CUNHA, 2018). O PIB *per capita* demonstra a riqueza individual média de cada país, estando entre a Política e o Mercado e sendo dado em dólar estadunidense, a moeda corrente mais utilizada no Comércio Internacional e que serve como padrão de referência global. Por fim, o Índice de Democracia, indicador que parte de uma instituição voltada ao Mercado, a The Economist, e que se volta à Política, mostra sua importância ao traçar um panorama geral dos Estados quanto aos governos na relação com as instituições democráticas e com a sociedade civil, tendo como padrão de referência o modelo das democracias liberais, correspondente ao abordado anteriormente a partir de Netto (2002) e Boyer (1999).

Como apresentado na Tabela 1, do Anexo 2, a Noruega destaca-se como o primeiro país nos Índice de Democracia, Índice de Desenvolvimento Humano e PIB per capita (USD). O Índice de Democracia, da The Economist Intelligence Unit (2017), inspirado no modelo das democracias liberais, baseia-se em cinco categorias, as quais são (1) processo eleitoral e pluralismo, (2) liberdades civis, (3) funcionamento do governo, (4) participação política e (5) cultura política. Dessa forma, cada país recebe uma nota entre 0 e 10, sendo mais plena a democracia quanto mais próxima a nota for de 10. Os países são, assim, classificados, por ordem dos mais democráticos aos menos, em democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido e regime autoritário. (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2017). A Noruega obteve uma nota de 9,87, sendo o país mais democrático do mundo. O Brasil, por sua vez, obteve uma nota de 6,86, sendo caracterizado como uma democracia imperfeita, principalmente pelos casos de corrupção, ocorridos nos últimos 10 anos e foco da Operação Lava Jato, em que grandes empresas e políticos foram acusados de desvio de dinheiro e de prática de propina em troca de favores políticos, sendo colocada a corrupção como a maior história de 2017 para o Brasil (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2017).

Metodologia

Diante de toda a apresentação já realizada, originada de documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica, evoca-se o método quantitativo para dar luz à análise sobre a relação entre sistema político-eleitoral e desenvolvimento econômico. Estabeleceu-se aqui o objetivo de avaliar a cultura política a partir das respostas

dos eleitores brasileiros sobre direitos, deveres, instituições, sistemas eleitorais, posicionamento político, dentre outros elementos sociopolíticos e econômicos.

O presente estudo baseia-se na aplicação de um questionário, presente no Anexo 1, a uma amostra de 362 pessoas. A amostra utilizada é predominantemente de jovens, de 18 a 29 anos, seguidos de adultos, com 30 a 45 anos, e de pessoas com a faixa etária de 46 a 59 anos. A escolaridade dos indivíduos que compõem a amostra é majoritariamente de pessoas com ensino superior completo (30%), seguido por pessoas com ensino médio completo (27%). A aplicação foi realizada por graduandos dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Coração Eucarístico, para indivíduos por eles conhecidos e residentes no município de Belo Horizonte. A aplicação se deu pessoalmente a partir da entrega e do preenchimento dos questionários em meio físico, com o uso do conhecimento prévio dos candidatos, no período de setembro a outubro de 2018, antes das eleições presidenciais do mesmo ano. Vale ressaltar que não houve pessoas com idade entre 16 e 18 anos na amostra, capacitados legalmente para votar, devido aos aplicadores não terem encontrado, entre seus conhecidos, pessoas nessa faixa etária hábeis a responder.

O perfil do eleitor brasileiro

Nos resultados da aplicação do questionário, quanto ao conhecimento acerca de direitos e deveres, 83% citaram três direitos e 74% citaram três deveres, como solicitado no questionário, o que demonstra um bom resultado, simultaneamente ao maior conhecimento de direitos que de deveres. Em relação a Imprensa, sindicatos, Congresso Nacional, Presidência da República, Justiça e Forças Armadas, foi avaliada a confiança nas instituições, mostrando-se um grande descrédito conforme o Gráfico 1, presente no Anexo 2. Assim, chama-se atenção para o esclarecido por Jones (2000):

a infra-estrutura de uma economia – normas regulamentações e as instituições que as implementam – é o determinante básico da medida em que as pessoas se dispõem a realizar os investimentos de longo prazo em capital, qualificações e tecnologia que estão associados ao sucesso econômico de longo prazo. As economias cujos governos oferecem um ambiente propício a produção são extremamente dinâmicas e bem sucedidas. Aquelas em que o governo abusa de sua autoridade para se envolver em e permitir desvios são menos bem-sucedidas. (JONES, 2000, p.131)

Dessa forma, pode-se relacionar o desenvolvimento econômico relativamente baixo do Brasil com a baixa credibilidade das instituições, reconhecidas como ineficientes, na medida em que elas, desacreditadas, seriam responsáveis por propiciar o ambiente favorável ao desenvolvimento. A visão de Jones (2000) completa que os efeitos dos desvios oneram a população e podem levar à corrupção, simultaneamente à análise de Souza (2012) sobre o *rent-seeking*, que são as ações de alguns agentes econômicos na busca por renda fácil que levam à redução do bem-estar da sociedade. Ademais, como citado anteriormente, a *The Economist* (2017) classificou o Brasil como uma democracia imperfeita, com uma nota de 6,9 (em uma escala de 0 a 10), em função principalmente da corrupção, esta possivelmente relacionada com os desvios.

Outro ponto relevante às instituições, observado no Gráfico 1, do Anexo 2, é que 50% da amostra não confia na Justiça brasileira, o que pode ser relacionado com a resposta à questão do questionário, do Anexo 1, sobre o linchamento de criminosos, visto que 54% compreendem essa prática mesmo não apoiando. Além disso, 39% dos questionados afirmaram concordar, total ou parcialmente, com a frase “Direitos humanos para os honestos, cadeia para o resto”, o que mostra descrença em relação aos direitos humanos. A visão sobre a relação entre a população brasileira e a classe política demonstra que 63% deles concordam que os brasileiros são tão corruptos quanto os políticos e 80% acredita que os políticos são um reflexo da sociedade.

No contexto de avaliação da cultura política com relação à ideologia, 31% da amostra é de centro, 30% de direita, 20% de esquerda e 19% não soube responder, demonstrando um equilíbrio entre os espectros ideológicos. No entanto, chama-se a atenção para o conjunto de respostas na medida em que, por exemplo, 30% das pessoas consideram-se de direita e 77% é a favor da privatização. Na mesma linha, ao serem perguntados se um governo com recursos limitados deveria dar bolsas de estudo, apenas 13% disseram que não deveria, o que demonstra que a maior parte dos questionados é a favor da intervenção estatal no setor educacional. Pode-se relacionar essas formas de incoerência com o observado por Netto (2002) de que as pessoas fazem parte do âmbito político e econômico, sendo os princípios do primeiro liberdade e igualdade e os do segundo liberdade e eficiência, destacando-se a afirmação de Boyer de que “o sucesso do desenvolvimento se deve

à complementaridade dessas duas lógicas e não à afirmação de uma delas” (BOYER, 1999, p.17).

Por último, observa-se uma coerência a respeito da opinião sobre a abertura econômica e as multinacionais, sendo 78% a favor da abertura econômica e 75% favorável as multinacionais. Verifica-se um desconhecimento da população acerca dos sistemas eleitorais, os quais são majoritário, proporcional e misto, visto que 58% não conhece nenhum ou não soube responder, e também sobre o número de senadores de cada unidade federativa, já que 60% da população não respondeu corretamente ou não soube responder.

Portanto, percebe-se que o eleitor brasileiro apresenta um certo desconhecimento a respeito do campo político e muitas vezes posiciona-se contraditoriamente em muitos assuntos relacionados à Política e à Economia, o que aponta para uma Cultura Política falha no Brasil. Além disso, tornou-se perceptível que as instituições não desfrutam de muita confiança da população brasileira, o que pode significar que elas não estejam fazendo seus papéis da forma devida, ocorrendo desvios que acabam prejudicando o desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Este artigo procurou relacionar o debate a respeito da qualidade da democracia no Brasil, tendo em vista o papel do Estado e do sistema econômico capitalista na busca pelo bem-estar social. Foi possível concluir que o brasileiro desconhece os sistemas partidários do país, além de vários elementos inseridos na cultura política, o que relaciona-se à visão da pesquisa do The Economist Intelligence Unit (2017) em que o Brasil ficou com uma nota de 6,86 quanto a democracia.

Desse modo, o descompromisso político, aliado à cultura política deficitária, abre espaço para a corrupção da classe política, com a insatisfação com resultados dos processos democráticos impactando no desenvolvimento da qualidade de vida. Portanto, para a República brasileira consolidar-se e desenvolver-se econômica, política, cultural e socialmente, fazem-se ainda necessários muitos esforços para o estímulo do interesse dos brasileiros sobre a política do seu país e seus eventos relacionados.

Referências

AMORIM, Maria Saete de Souza; DIAS, Rodrigo Rodrigues. Dimensões Teóricas e Práticas da Qualidade Da Democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 79-96, set./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/32139>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 1-20. 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/8643127/10677>. Acesso em: 05 nov. 2018.

CUNHA, Tatiana. Os 20 países mais felizes do mundo. **Revista Veja**, São Paulo, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/modo-aviao/os-20-paises-mais-felizes-do-mundo/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

JONES, Charles Irving. **Introdução a teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

NETTO, Antônio Delfim. A Economia Política do Desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (org.). **Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. p. 83-106.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PIB Per Capita – Lista De Países. [S.l.]: PIB, 2018. Disponível em: <https://pt.tandineconomics.com/country-list/gdp-per-capita>. Acesso em: 11 nov.2018.

RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, v. 1, n. 11, p. 27-44, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/download/3599/2952>. Acesso em: 05 nov.2018.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index 2017: Free Speech Under Attack. **The Economist**. Reino Unido, 2017. Disponível em: https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/Democracy_Index_2017.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

IDH 2018: Brasil ocupa a 79ª posição. **Revista UOL**, São Paulo, 14 set. 2018. Notícias Internacionais. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/14/idh-2018-brasil-ocupa-a-79-posicao-veja-a-lista-completa.htm>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Recebido em: 06/05/2019

Aprovado em: 02/09/2019

ANEXO 1 - Questionário de Cultura Política

Sexo: _____ Idade _____ Escolaridade: _____

Cite três direitos dos brasileiros que você considera mais importantes:

Cite três deveres dos brasileiros que você considera mais importantes:

Determinados crimes geram reações fortes na população. Algumas pessoas tentam até mesmo linchar os criminosos. Em relação a esse comportamento você:

- Acha que as pessoas deveriam tomar essa atitude.
- Acha que as pessoas não deveriam tomar essa atitude, mas entende sua revolta.
- Acha que essas pessoas não deveriam tomar essa atitude.
- Acha que as pessoas não deveriam tomar essa atitude e repudia totalmente essa prática.

Um candidato à prefeitura de um município colocou nas ruas um outdoor com a seguinte frase: “Direitos humanos para os honestos, cadeia para o resto”. Em relação a essa frase você

- Concorda parcialmente
- Discorda totalmente
- Discorda parcialmente
- Concorda totalmente
- Não concorda e nem discorda

Com relação às instituições a seguir você tem

Instituição	Muita confiança	Média confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança
Imprensa				
Sindicatos				
Congresso Nacional				

Instituição	Muita confiança	Média confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança
Justiça				
Presidência da República				
Forças Armadas				

Em sua opinião:

- A classe política é um reflexo da sociedade
- A classe política não é um reflexo da sociedade.

Em sua opinião o brasileiro

- É tão corrupto quanto determinados políticos.
- É menos corrupto que determinados políticos
- É mais corrupto que determinados políticos.

Cite os sistemas eleitorais que você conhece

- Não sei/conheço

Quantos senadores possui cada Estado da Federação?

- Não sei.

Com relação a sua posição/ideologia, você se considera

- De direita
- De esquerda
- Centro
- Não sei.

Você é favorável à privatização?

- Não
- Sim, independente do setor ou empresa
- Sim, mas não de todos os setores ou empresas.
- Não tenho opinião formada

Você é favorável à abertura econômica?

- Não
- Sim, independente do setor
- Sim, mas não de todos os setores
- Não tenho opinião formada

Em sua opinião as empresas multinacionais

- Contribuem para o crescimento do país
- Apenas exploram os recursos do país
- Mais contribuem para o crescimento do que exploram (trazem prejuízos)
- Mais exploram (trazem prejuízos) do que contribuem para o crescimento

Em sua opinião um governo que tem recursos limitados deveria dar bolsas de estudo

- Apenas para os cursos de Ciências Exatas, Saúde e Tecnólogos
- Apenas para os cursos de Ciências Sociais e Humanas
- Para todos os cursos, sem distinção.
- Não deveria dar bolsas de estudo e sim privilegiar outras áreas.

ANEXO 2 - Quadros, gráficos e tabelas

Quadro 1 – Comparação entre os Sistema Majoritários

Tipo	Funcionamento
Simplex	É apresentado um candidato por partido e os eleitores podem escolher apenas um deles. Assim, o candidato que obtiver a maior parte dos votos será eleito, mesmo que não seja maioria absoluta. Vantagem: torna-se mais fácil a predominância de um partido na Câmara dos Deputados./ Desvantagem: gera distorções na representatividade dos partidos, uma vez que não é necessário alcançar maioria absoluta para vencer a eleição.
Dois turnos	Vantagem: os candidatos são eleitos com maior expressividade de votos e os partidos mais moderados ganham mais espaço em detrimento dos mais extremistas, que terão mais dificuldades em angariar apoio de outros partidos no segundo turno.
Voto alternativo	Os eleitores ordenam os candidatos de acordo com sua preferência, sendo que o que receber mais de 50% dos votos na maior preferência é eleito. Caso isso não ocorra, há transferência dos votos recebidos pelo candidato em último lugar aos demais candidatos, até que algum deles chegue a 50%. Vantagem: dificulta a vitória de candidatos muito rejeitados./ Desvantagem: provoca distorções na representação partidária nas cadeiras

Fonte: NICOLAU, 2004 adaptado pelo autor.

Quadro 2 – Comparação entre os Sistemas de Representação Proporcional

Tipo	Funcionamento
Único transferível	Os eleitores ordenam os candidatos por sua preferência e uma quota é calculada por distrito eleitoral. “O candidato cujos votos em primeira preferência atinjam ou ultrapassem a quota é declarado eleito” (Nicolau, 2004, p. 40). A quota sendo excedida é transferida para os próximos candidatos, caso o valor da quota não seja ultrapassado, utiliza-se a transferência de votos do último colocado aos demais. Vantagem: as preferências dos eleitores são mais respeitadas, além de que a transferência dos votos é realizada para os candidatos também de acordo com a escolha dos votantes.
De lista	“Cada partido apresentaria uma lista de candidatos para as eleições, e a distribuição das cadeiras em disputa seria feita de acordo com os votos dados em cada lista partidária” (Nicolau, 2004, p. 42). Pode ser sistema de lista fechada em que o votante escolhe o partido, que ordenou a ordem dos candidatos, e assim, o eleitor não tem poder sobre a ordem dos candidatos; lista aberta: utilizada no Brasil desde 1945, é a mais personalizada, pois permite unicamente ao eleitor escolher a ordem dos nomes na lista, entretanto incita disputas dentro do mesmo partido. Há também a lista livre que permite ao eleitor votar em um partido ou em mais de um candidato e a lista flexível que permite ao eleitor escolher na cédula um partido ou candidato, ou então reorganizar a lista como desejar, entretanto, fragmenta o governo e obriga alianças entre partidos, o que provocaria distorção nas promessas de campanha pré-estabelecidas.

Fonte: NICOLAU, 2004, adaptado pelo autor.

Quadro 3 – Comparação entre os Sistema Mistos

Tipo	Funcionamento
Combinação	As cadeiras eleitas no sistema proporcional não dependem das eleitas no sistema majoritário. Os países que utilizam o sistema de combinação, escolhem o percentual de cadeiras alocadas e o número de votos dos eleitores. Em alguns países, os eleitores dão um voto no partido e outro no candidato eleito no distrito, o voto no partido é calculado para as cadeiras proporcionais. Em outros países o eleitor vota somente uma vez no candidato que concorre pelo sistema majoritário e os votos recebidos pelos partidos são utilizados para definir a parte proporcional dos sistemas.
Correção	Aquele que tem o objetivo de corrigir as distorções do sistema majoritário através de representantes eleitos pelo sistema proporcional. Os eleitores dão um voto no candidato para representante do distrito e outro em uma lista de candidatos, o voto que é dado na lista define o número de cadeiras recebidos por cada partido. Para definir o grau de correção e proporcionalidade é definida uma cláusula de exclusão para que o partido acesse a parte proporcional das cadeiras. Esta cláusula é utilizada em todos os países, exceto na Venezuela.

Fonte: NICOLAU, 2004, adaptado pelo autor.

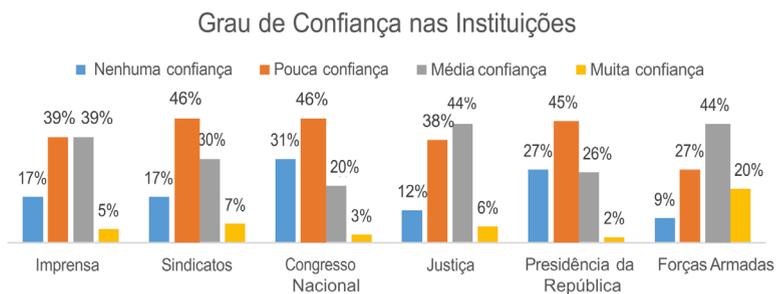
Tabela 1 – Índices dos Países

Países	ID	IDH	IF	PIB per capita(USD)
Austrália	9,09	0,939	7,272	55.925,93
Brasil	6,86	0,759	6,419	10.888,98
Canadá	9,15	0,926	7,328	51.315,89
Dinamarca	9,22	0,929	7,555	61.582,17
Finlândia	9,03	0,92	7,632	47.057,62

Países	ID	IDH	IF	PIB per capita(USD)
Irlanda	9,15	0,938	6,977	74.433,46
Islândia	9,58	0,935	7,495	49.910,01
Noruega	9,87	0,953	7,594	91.218,62
Nova Zelândia	9,26	0,927	7,324	37.852,87
Suécia	9,39	0,933	7,314	56.935,19
Suíça	9,03	0,944	7,487	76.667,44

Fonte: The Economist (2017), IDH (2018), Veja (2018), PIB per capita (2018), adaptado pelo autor.

Gráfico 1 – Grau de Confiança nas Instituições



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)